

---

**A CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE: A  
GREVE DOS DOCENTES DA IFE – INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO<sup>1</sup>**

**SCIENCE AND EDUCATION IN THE CONSTRUCTION OF CLASS CONSCIOUSNESS:  
THE TEACHERS' STRIKE OF IFE – FEDERAL UNIVERSITIES**

**CIENCIA Y EDUCACIÓN EN CLASE SENSIBILIZACIÓN: UNA HUELGA DE  
PROFESORES DE IFE - FEDERALES LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS**

Julio Carlos Figueiredo<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo desenvolve o argumento de que a greve dos docentes das IFE – Instituições Federais de Ensino indica o início de um novo período da luta de classes no país ainda que avalie que o seu desfecho inclua a possibilidade de ampliação de dificuldades caso seja aprovado o plano de carreira do governo. O período histórico apresentado pelo artigo considera a greve dos petroleiros e a reforma do Estado do governo FHC em 1995 como referência para a análise do significado do movimento atual que alcançou, no final do mês de agosto deste ano, mais de cem dias de duração. Parte da concepção de que a formação da consciência de classe, a organização e a luta dos trabalhadores estão diretamente vinculadas à viabilidade de um projeto emancipador que defina os rumos da produção científica e da educação em geral.

**Palavras-chave:** Greve; Consciência e luta de classe; Ciência; Educação.

**Abstract:** This article develops the argument that the strike of teachers of IFE - Federal Universities indicates the beginning of a new period of class struggle in the country although the possibility that the outcome of teachers' strike expands the difficulties if the plan government career be approved. The historical period presented by the paper considers the oil workers strike and the reform of state government FHC in 1995 as a reference for analyzing the meaning of the strike motion that reached at the end of August this year more than one hundred days' duration. It is based on the concept that the formation of class consciousness, the organization and the struggle of the workers are directly linked to the viability of an emancipatory project that defines the direction of scientific and education in general.

**Keywords:** Strike; Consciousness and class struggle; Science; Education.

**Resumen:** Este artículo desarrolla la tesis de que la huelga de profesores de IFE - Universidades Federales indica el comienzo de un nuevo período de la lucha de clases en el país. Todavía está evaluando que sus resultados incluyen la posibilidad de ampliar dificultades si se aprueba el plan carrera en el gobierno. El período histórico presentado por el documento considera que la huelga de trabajadores petroleros y la reforma del gobierno FHC estado en el año 1995 como referencia para el análisis de la importancia del movimiento actual que ha llegado al final de agosto de este año, la duración de más de cien días. Parte de la idea de que la formación de la conciencia de clase, la organización y la lucha de los trabajadores están directamente relacionados con la viabilidad de un proyecto emancipatorio que define la dirección de la científica y la educación en general.

**Palabras clave:** Huelga - La conciencia y la lucha de clases - Ciencias - Educación

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para contribuir com a discussão neste espaço que assume uma dimensão especial pela forma que tem sido historicamente construído. Um espaço autônomo e crítico das políticas que afetam diretamente a educação de uma forma geral no país.

Essa característica desse espaço que vem sendo construído pode ser ilustrada com um trecho da apresentação feita pela comissão organizadora nos anais da I e II conferências de 1996/97(1998) onde está escrito a propósito da escolha dos convidados: “[...] procuramos os educadores que tinham uma leitura das políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, compromisso político com a classe trabalhadora”. A comissão segue esse mesmo direcionamento ao falar sobre a metodologia da conferência como sendo: “[...] um convite ao compromisso dos educadores para construir um espaço democrático e permanente de resistência às políticas preconizadas pelas elites dirigentes e de construção de um projeto de educação democrático e emancipador”.

Estas caracterizações de conteúdo e método da conferência nos autorizam a destacar no tema desta mesa a questão da consciência de classe por entendermos que é a ela que está diretamente vinculada a possibilidade de um projeto emancipador que definira os rumos da produção científica e da educação em geral.

Nesta mesma direção, na apresentação dos anais da conferência de 2008 (p. 8) encontramos: “Compreender a educação [ao que acrescentaríamos a ciência] como algo isento, à parte das relações sociais, significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social”.

Frigotto (2010) corrobora e aprofunda esta perspectiva afirmando que: “[...]os processos educativos e a construção do conhecimento estão organicamente vinculados às relações sociais e que na sociedade capitalista cindida em classes antagônicas, esses processos são marcados por uma disputa em seu conteúdo, método e forma”.

Portanto, pela abrangência do tema e para podermos dedicar mais tempo ao debate, queremos realçar a questão da consciência de classe como fundamental para o debate sobre educação e ciência.

Para isso, começaremos por uma questão apresentada na semana passada em uma assembleia dos professores da UFF em greve, onde se discutia os rumos do movimento no plano nacional e local. Alguém perguntava: Qual fato novo na conjuntura nos ajuda a compreender a situação que vivemos e definir que rumo tomar?

A resposta de um dos professores, e com a qual concordamos, foi a mais instigante e central: O fato novo é a greve.

A greve com todas as suas nuances é o fato que na conjuntura atual no Brasil reloca a questão da consciência de classe novamente em destaque. Repõe no debate a questão do conceito de classes e principalmente do conceito de luta de classes. Sobre isto iremos falar um pouco mais adiante.

Antes, e a título apenas de melhor situar nossa compreensão sobre a questão das classes, retomamos o texto citado de Frigotto (2010), onde ele vai afirmar: “As classes sociais não são um invenção arbitrária e nem uma coisa”. E prossegue: “O antagonismo de interesses com a classe detentora do capital, tenha-se ou não consciência do mesmo, também não é arbitrário, mas expressa o modo

estrutural de relações sociais que impedem, interditam ou mutilam os direitos mais elementares da classe trabalhadora”.

A partir destas referências iniciais, podemos afirmar que desde a greve dos petroleiros no período do governo FHC não nos deparamos com um movimento de tal repercussão e abrangência, a despeito de terem acontecido outras greves, inclusive nas universidades, no período. Na época, a violenta reação aos petroleiros, com o envio de tropas para (des)ocupar as refinarias e ações (impetradas pelo governo) junto a opinião pública, visou, não só acabar com o movimento grevista, como também enviar uma “mensagem” à classe trabalhadora em geral de que um novo período na relação de classes se instaurava no país.

A partir deste momento, até os dias atuais, uma série de ações políticas e jurídicas visaram, a despeito de todas as boas intenções e de declarações de respeito ao direito constitucional de greve, reafirmar o “recado” dado aos petroleiros em 1995.

Desde então, incluindo o período do governo Lula, o quadro de greves se reduziu, revelando as dificuldades do uso deste instrumento como uma das formas de conquistas de direito dos trabalhadores dentro do contexto da luta de classes no país.

A greve atual dos servidores públicos, em especial a dos docentes das universidades federais, está indicando o início de um novo período da luta de classes no país. Não estamos com isto diminuindo a importância de todas as dificuldades ainda em curso, como por exemplo: qual vai ser o desfecho da greve? Vai haver um saldo positivo ou negativo das reivindicações do movimento? Isto importa, é evidente, e dependendo do balanço final, pode reforçar o quadro de dificuldades a que nos referimos, porém tudo indica que estamos vivendo um período em que a greve retoma seu importante lugar no contexto da luta de classes.

Não desconsideramos a análise feita por Lênin (1988) sobre os desvios economicistas e as limitações da luta sindical. Até mesmo porque, o mesmo Lênin escreve em 1899: “Os socialistas afirmam que a greve é uma escola de guerra, mas que ainda não é a guerra”, reconhecendo, na nossa compreensão, sua importância como um dos instrumentos possíveis e necessários, principalmente em determinadas situações conjunturais, a favor dos interesses dos trabalhadores.

Também não desconsideramos o que ele coloca como tarefa principal para superar as limitações da greve: “Criar uma organização de revolucionários capaz de assegurar à luta política energia, firmeza e continuidade”. Porém, diante do quadro difuso e confuso em que se encontra a criação desta organização necessária nos dias atuais, é que vemos um potencial de retomada possível do instrumento da greve, com as suas limitações, na atual conjuntura.

A propósito desta questão, não podemos nos esquecer de que, a partir da década de 90, houve um ataque vigoroso aos partidos e à luta sindical, ensejados por diferentes matizes políticas, inclusive na academia, não só de matiz assumidamente neoliberal, mas incluindo aí uma parte considerável da denominada “esquerda progressista”. Muito menos esquecer que as organizações construídas para este fim nas décadas anteriores (principalmente CUT e PT) hoje em dia são, no mínimo, cada vez mais questionadas como representando a tarefa assinalada por Lênin.

Neste contexto, e com as ressalvas, afirmamos que a greve repõe na disputa a perspectiva de interesses antagônicos e inconciliáveis presentes na sociedade no momento complexo e contraditório da luta de classe no Brasil.

Agora gostaríamos de destacar alguns elementos que no conjunto dos problemas do citado período precisam ser evidenciados para compreendermos melhor o tema da mesa e a questão da greve.

Um dos principais elementos é a questão da reforma do Estado de 1995 no Brasil.

Pode parecer lugar comum retomar a toada central da importância do papel do Estado nos dias atuais. Mas, não há como evitar, entre outras coisas, porque a relevância que a temática do Estado assume é decorrência da ação da burguesia diante das crises do capitalismo. A intervenção do e através Estado tem sido o principal instrumento de saída da burguesia diante das crises.

Em síntese, queremos realçar algumas posições que nos ajudam a compreender os rumos adotados pela nossa análise sobre a questão do Estado no atual período e de que lugar estamos falando.

A primeira toma como referência a caracterização de Bourdieu (1998) no que vai denominar de a mão esquerda e a mão direita do Estado. Vale a pena citar o trecho:

Na pesquisa que fizemos sobre o sofrimento social, encontramos muitas pessoas que, [...] estão mergulhadas nas contradições do mundo social, vividas sob a forma de dramas pessoais. [...] contradições que são o limite extremo daquelas que vivem todos os chamados *'trabalhadores sociais'*: assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo *de mão esquerda do Estado*, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos "gastadores", que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao *Estado da mão direita*, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais (BOURDIEU, 1998, p.10, grifo nosso).

A caracterização que ele faz da "mão esquerda" do Estado vai nos permitir frisar de que lugar falamos. A nossa mão é a mão esquerda.

Outra posição que baliza a análise sobre o Estado encontra-se em Francisco de Oliveira que, no prefácio ao livro de Elaine Bhering (2003, p. 16), analisando o contexto político da reforma do Estado no Brasil, afirma: "É na política que se decidem as vias para aproveitamento das virtualidades criadas pelo desenvolvimento, e o Estado tem sido o maior garantidor da universalização".

Seguindo na sua argumentação sobre o papel do Estado na conjuntura do período vai dizer ainda que: "[...] Liberais e marxistas, cujas raízes iluministas são comuns, querem os primeiros dispensar o Estado para deixar livre o cidadão e os segundos suprimi-lo para pôr cobro à opressão de classes e à exploração" (BHERING, 2003, p. 16).

E prossegue:

Mas seria uma ilusão perigosa pensar que este é o caso do capitalismo contemporâneo, e pior ainda, do nosso país, pois o que a luta social e política do século XX ensinou é *que se trata de expandir a universalização dos direitos e de disputar o controle do Estado*, que permanece sendo a forma mais efetiva de universalização. E os direitos sociais constituem a forma mais moderna dessa universalização, travando a exploração. Justamente quando as classes passam a dispor de instrumentos e mecanismos de intervenção nos negócios do Estado, através da expansão da democratização, então grupos e classes dominantes o que buscam é reduzir o espaço dessa intervenção. A contra-reforma do Estado, que é uma contra-revolução, é o movimento pelo qual o

capital tenta anular os novos atores políticos e tampar outra vez a Caixa de Pandora da desarrumação da relação de dominação. (Ibidem., grifo nosso).

Ao final do trecho citado defende o argumento que nos parece se coadunar diretamente com a opção tomada pela nossa análise:

Nem se trata, pois, de retirar a tutela do Estado sobre os cidadãos, nem estamos frente a um movimento de supressão do Estado pelo desaparecimento dos conflitos de classes. A esse canto de sereia neoliberal há que tapar os ouvidos, como Ulysses, e a melhor forma de fazê-lo é desmascarando na teoria e na prática os argumentos e reformas (Ibidem).

É a partir destas posições que analisamos o Estado no Brasil no período da reforma de FHC sem esquecer as referências dos textos clássicos. Entre eles, em Marx e Engels: “As lutas de classes em França – 1848 – 1850” (1986), “A guerra civil na França” (1986), “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” (1976), “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2010) e “A ideologia alemã” (2007); em Lênin: “Estado e Revolução” (1987); em Gramsci: “Maquiavel, a política e o Estado moderno” (1984); e em Althusser: “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado” (s.d.), para citar algumas.

Assim, para maior compreensão da conjuntura de crise, da questão do estado no Brasil, da reforma do Estado e da greve atual dos servidores públicos é importante recuperar algumas questões da história recente do país. Uma delas é a caracterização do período Collor de Mello.

A vitória de Collor de Mello na primeira eleição direta para a presidência da república, após o longo período do golpe militar de 1964, é um fato político de maior relevância na discussão sobre o papel do Estado na conjuntura da década de 1990 no Brasil. A década anterior tinha revelado uma aparente falta de sincronia do que se passava no Brasil em relação ao resto do mundo, ou pelo menos nos países centrais do capitalismo. As lutas pela anistia, direitos humanos, eleições direta e constituinte imprimiam uma efervescência no plano político e geravam expectativa de mudanças que se descolava do contexto mundial<sup>3</sup>. A vitória de Collor quebra esta expectativa e coloca o país diante do projeto neoliberal em curso nos principais centros do capitalismo mundial. As medidas adotadas no seu curto período de governo buscam criar condições para a reforma do Estado na perspectiva neoliberal.

No entanto, para compreendermos melhor este período no Brasil é necessário mostrar o que estava em discussão no mundo a partir da crise do final dos anos 60/início dos anos 70 a que nos referimos anteriormente.

Não vamos nos ater à discussão do conceito de crise, mas em relação a ela trabalhamos com a caracterização feita por Mandel (1990, p.23): “A recessão generalizada de 1974/75 é uma crise clássica de superprodução”. Além disso, alerta que:

É preciso afirmá-lo tanto mais categoricamente quanto muitos meios se esforçam, pelas necessidades de uma causa que não é puramente acadêmica, para atribuir a responsabilidade dessa recessão generalizada aos “xeiques do petróleo” ou mesmo aos sindicatos e aos “aumentos excessivos dos salários” (MANDEL, 1990, p.23).

As diferenças sobre esta caracterização vão reaparecer nitidamente na discussão sobre as alternativas e medidas necessárias para sair da crise.

Podemos afirmar então, que diante da crise instalada, as diversas alternativas aventadas pelo capital têm na questão do desmonte do Estado um dos principais alvos. Esta é a questão decisiva. Uma conjuntura de crise que se transforma num momento fértil para se retomar a hegemonia do processo de acumulação do capital em bases liberais, tendo como apanágio os famosos lemas “deixar fluir as leis do mercado” e “diminuir a presença do estado na economia”.

Alguns textos, conhecidos entre nós, são importantes para entender a crise.

Um deles é o texto de Harvey (2002, p. 148) onde conclui que a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, colocou em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista de consolidação do mercado de massas. Em consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começaram a tomar forma, buscando viabilizar uma saída para a crise.

Antunes (1995, p. 16) afirma que não foram poucas as transformações vivenciadas a partir de 1980, atingindo centralmente os países capitalistas desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles intermediários, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Utilizando uma perspectiva mais ampla de análise, Gurgel (2003, p. 108) afirma que o modelo apontado como responsável pela crise é o adotado no pós-guerra, que reunia propostas do Keynesianismo, do *Welfare State*, do Sistema burocrático, do Taylorismo-Fordismo e que encontrava na social-democracia sua representação no plano político. A questão problemática deste modelo, para seus críticos, é a consequente ampliação do papel do Estado, ainda que as taxas revelem, nesse período, um extraordinário crescimento das principais economias no mundo.

Deste modo, todo o aparato estatal consolidado por meio das políticas sociais e econômicas no período anterior passa a ser alvo de ataques incisivos, criando a ideologia de que se teria produzido uma máquina perdulária, morosa, em síntese, ineficaz.

Ele abre espaço para as privatizações e para o argumento da necessidade de reformas. Gurgel (2003, p. 111) observa que uma vasta teia ideológica se estende sobre o assunto, na década de 80, entrelaçando esquerda e direita. Uns acusando o Estado, porque funcionava e outros, porque não funcionava. Os conservadores o acusavam pelo que eles próprios fizeram: déficit público, em grande medida gerado pela sonegação e o ataque ao que chamam de custos sociais. Os reformistas, por fazer o que na verdade deixara de fazer: cooptar as camadas mais pobres e dependentes. Essas camadas, por volta dos anos 1980, tinham mais críticas ao Estado do que aos patrões, e cobravam pela má assistência à saúde, pela educação precária, transporte público defeituoso e humilhante e moradia “popular” cara.

Vale observar que as condições salariais e de relações de trabalho dos servidores públicos criavam um contraste desconfortável para o setor privado e para o que o setor privado calculava fazer com a nova ordem mundial no plano da exploração do trabalho. Um motivo a mais para o ataque ao setor

público. Mas o maior desconforto mesmo era a ocupação que o setor público fazia das áreas atraentes de negócio (energia, telefonia, transporte, seguridade, entre outras).

É neste contexto que acontece a eleição de Fernando Henrique e vai se realizar a reforma do Estado.

Sob o ponto de vista do interesse das classes dominantes, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) tem o mérito de, em certa medida, ter encontrado o caminho que colocou, enfim, o país sintonizado com as reformas apregoadas pelo capital internacional, fundamentais para combater a crise e inaugurar um novo período de estabilidade e crescimento. Desta forma, o Plano Real, oriundo do período do governo Itamar Franco, ganha força com mecanismos de controle da inflação e cria condições para que a reforma do Estado possa finalmente ser aprovada, já no governo FHC.

A eleição de FHC se dá diante de uma verdadeira pressão sobre a população, com a ameaça da volta da inflação e do descontrole financeiro. A ideia de diminuição da presença do Estado na vida econômica se consolida no período, acompanhada das noções de agilidade no processo decisório e eficiência no trato com o público, contra a ideia de estado burocrático, associada à morosidade nas decisões e à ineficiência.

Esses argumentos, usados exaustivamente até os nossos dias, ganham espaços amplos na sociedade visando colocar a população contra a máquina pública e a favor da política de privatizações. O próprio FHC na introdução do PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995, p. 11) afirma “As pesquisas de opinião têm revelado que a reforma do aparelho do Estado conta com o apoio decidido da população”.

Bresser Pereira (1998), principal articulador da proposta, defende a Reforma do Estado para adequá-lo às exigências dos ditos novos tempos na conjuntura mundial e na brasileira. Parte da avaliação de que o Brasil e a América Latina passam por uma grande crise fiscal e que, neste contexto é necessária uma política de disciplina nos gastos públicos, de privatizações e da retomada da ideia de deixar fluir as leis de mercado livre através de liberalização comercial. *Defende que a crise é uma crise do Estado*, portanto, trata-se de reconstruí-lo com um contorno social-liberal.

Nessa proposta, o Estado deve ter como tarefas principais: a garantia da propriedade e contratos, a promoção do bem-estar e os direitos sociais e a realização de uma política industrial voltada à promoção de exportações. A nova concepção de estado gerencial deve privilegiar a fiscalização e regulação em detrimento do investimento, característicos da economia do período anterior. A mudança, segundo ele, visa dar maior agilidade à ação do Estado, viabilizando um atendimento eficiente à população, consoante os “avanços democráticos” no país.

A reforma administrativa almeja, segundo ele, a superação do patrimonialismo e da burocracia, marcas das concepções anteriores, e sua substituição pelo estado gerencial. Um dos principais argumentos utilizados para defender a proposta, como já indicamos, é a caracterização do Estado como moroso, perdulário e sem memória administrativa.

A proposta de reestruturação das funções do Estado preconiza quatro setores: o núcleo estratégico, responsável pela definição das leis e pela formulação das políticas pública; o setor de

atividades exclusivas onde o Estado tem a prerrogativa de legislar, tributar e prestar serviços que só a ele cabem; o setor de serviços não exclusivos ou competitivos, onde atua junto com outras organizações públicas não estatais e privados; e o setor de bens e serviços para o mercado que opera em setores de serviços públicos e/ou considerados estratégicos não assumidos pela iniciativa privada. Essas propostas de reestruturação das funções do Estado vão ganhar espaço e justificar as privatizações de vários setores do serviço público, um dos corolários do projeto neoliberal<sup>4</sup>.

Este novo Estado buscaria introduzir a qualidade e a eficiência das operações na cultura da administração pública tendo como referência os modelos de gestão das empresas privadas, pautado nas proposições de maior controle de resultados, qualidade e produtividade. Nesta perspectiva, o cidadão é visto como cliente, incorporando mais um dos postulados das teorias de qualidade total em voga na época.

No que concerne aos servidores públicos, propõe uma série de medidas que visariam maior formação e preparo condizente com a necessidade de atenderem ao estado mais ágil e eficiente. Identifica na estabilidade do servidor (herdada do estado burocrático) um grande entrave, pois levaria à desmotivação e à acomodação no desempenho das suas funções, ao mesmo tempo em que “[...]inviabiliza a implantação de um sistema de administração pública eficiente, baseado num sistema de incentivos e punições” (PEREIRA, 1998, p. 252). Propõe uma revisão constitucional que permita a demissão de servidores públicos e a adoção de um sistema de exoneração por desligamento voluntário, excetuando os integrantes do núcleo estratégico.

Estes argumentos têm sido fartamente debatidos. Citaríamos a seguir alguns textos do início da década de 2000, preciosos pela lucidez e coragem de análise, que ajudam a compreender melhor os motivos da reforma, até porque, elaborados no período em que o discurso neoliberal ainda encontrava inúmeros defensores no país, incluindo parte da esquerda.

Assim, Behring (2003) caracteriza a iniciativa de FHC de “contra-reforma conservadora e regressiva, diferente do que postulam os que a projetaram entre as paredes dos gabinetes tecnocráticos e inspirados nas orientações das agências multilaterais” (p. 171). Behring (2003, p. 171, grifo nosso) afirma: “Como já anunciei, cheguei à conclusão de que estamos diante de uma *contra-reforma do Estado* e não de um processo de modernização conservadora, ainda que com aspectos que podem remeter a este termo-síntese”.

Outro texto corajoso é o de Alves (2001): “[...]não são forças econômicas globais impessoais que estão operando aqui, mas uma estratégia econômica enraizada nos interesses da classe alta e das corporações”. E prossegue, afirmando que não são ajustes a um desequilíbrio casual que forcem a superação da política promovida pelo capital, mas sim a necessidade de responder às exigências da burguesia e das grandes corporações monopolistas e oligopolistas em nível internacional e não apenas de problemas localizados nacionalmente.

Alves (2001) ainda afirma que a mudança para um modelo gerencial de funcionamento do Estado não é uma modificação apenas de cunho administrativo. Para ele essa é a superficialidade da mudança e não o seu conteúdo fundamental. O elemento central encontrava-se, segundo ele, na alteração da propriedade e na relação entre propriedade privada e propriedade estatal. Deste modo, a reforma era

um elemento decisivo para a viabilização das privatizações de serviços prestados pelo estado e empresas estatais principalmente.

O mesmo Alves (2001) avalia que as alterações propostas no PDRAE se justificam porque, para as classes dominantes, é necessário aumentar o arco de poder econômico da burguesia, ampliar a margem de lucro, incrementar a ocupação de espaço na propriedade privada dos capitalistas no setor de serviços ou mesmo de produção de matéria prima.

Faleiros (2004) afirma que as mudanças previstas na reforma: “não são, pois, meros arranjos conjunturais para um equilíbrio de caixa, como apregoa o governo, mas um processo de refundação das relações de acumulação e das relações de classe”, ao que Behring (2003) acrescenta ser uma espécie de novo “pacto” desfavorável para os trabalhadores.

Segundo Faleiros (2004), a Reforma do Estado no Governo FHC deixa de impulsionar o desenvolvimento e passa a implementar medidas legislativas, mudanças regulatórias e ações governamentais, para uma reordenação estratégica do papel do Estado, visando a impulsioná-lo à competitividade do capital internacional. Transferiu-se patrimônio público para o mercado; mudou-se a relação do Estado com o mercado e a sociedade, considerando o Estado como complementar àquele; instaurou-se um novo modelo de gestão pública gerencial.

Faleiros (2004) faz um balanço da reforma no período FHC e as perspectivas do governo Lula empossado em janeiro de 2003 e defende a ideia de que, se houve algum crescimento do Estado, ele serviu para garantir os interesses do capital e não os dos trabalhadores. Segundo o autor, a Reforma do Estado, nesse período, estruturou-se de acordo com os interesses internacionais e nacionais, tanto das elites como do bloco no poder.

Como comentário, sobre as privatizações Oliveira (2010, p. 372) afirma:

[...] Fernando Henrique Cardoso realizou o que nem a Dama de Ferro tinha ousado: privatizou praticamente toda a extensão das empresas estatais, numa transferência de renda, riqueza e patrimônio que talvez somente tenha sido superada pelo regime russo depois da queda de Mikhail Gorbachev.

Feitas estas citações, podemos dizer que a iniciativa da reforma do Estado tinha como alvo desmontar o que restava do Estado burocrático no Brasil e abrir espaço para as reformas necessárias ao projeto neoliberal, tais como as que vieram a seguir e que continuam em curso, agora no governo Lula/Dilma: reforma da previdência, sindical, da educação, trabalhista, entre outras.

Nas palavras de Frigotto (2010), Paulo Renato, ministro de FHC por oito anos: “[...]efetiva sob a ditadura do mercado as reformas educacionais que articulam os interesses das classes dos centros hegemônicos do sistema capital e, de forma associada e subordinada, da classe burguesa brasileira”. Estamos falando de uma política que com “pequenas alterações” segue até os nossos dias. A atuação das agências de financiamento da educação talvez seja o melhor referencial para entender esta continuidade.

Portanto, é diante deste projeto de reforma de Estado que nos encontramos. Ele é a matriz teórica, política, técnica e operacional que, com alguns incrementos, segue até os nossos dias.

Para sintetizar, concordamos com a posição defendida por Antunes (1995), que vai afirmar que os projetos de reforma visam ao conjunto da classe trabalhadora, no entanto, acreditamos que tomam os servidores públicos como alvo imediato e prioritário, pois assim criam uma representação social negativa de tudo o que vem do Estado, pela qual se desqualifica o serviço público.

Voltando às questões iniciais, podemos dizer que diante de uma conjuntura complexa de análise, a greve coloca, com seu potencial e com suas limitações corporativas, as coisas de novo no eixo. As classes não deixaram de existir mesmo depois de toda ofensiva neoliberal e a luta de classes está retomando seu lugar de motor da história, como afirma Marx. Todo o fetiche do consumo capitalista, como solução para a história até o final dos tempos, se desvanece e a vida retoma o seu lugar afirmando que somente com a luta viabilizaremos o projeto de construção de outra sociedade para além do capitalismo.

Não estamos levemente afirmando que a greve que ora se desenvolve levará necessariamente a grandes vitórias e tudo se resolverá. Pelo contrário, temos a preocupação de que se o governo mantiver até o fim, na greve das universidades federais, a posição de implementar o seu plano de carreira, que em última instância revela o seu projeto de universidade, poderemos ter um quadro de desagregação e fragmentação ainda maior no interior das mesmas.

O projeto do governo acirrará a disputa de mérito pela via da competição entre os docentes por critérios exclusivamente produtivistas, funcionará como incentivador do individualismo e da privatização ao estimular a busca de recursos próprios e de complemento salarial para cada docente.

Este quadro possível aumentará a dificuldade de ação dos sindicatos, principalmente o autônomo e combativo e, se for aprovada uma legislação draconiana sobre o direito de greve no serviço público (e tudo indica que isto acontecerá), teremos diante de nós outro período duro. Acrescentaríamos também neste quadro, a anteriormente citada reestruturação das funções do Estado que tem sido usada pelos governos de plantão, como forma de estimular a divisão entre as categorias dos servidores públicos por ocasião da definição da política salarial. A greve, e suas consequências, irá nos ajudar a ter maior clareza dos rumos da política no país sob governo do PT.

Portanto, não podemos ser acusados de ufanistas, porém ainda assim reafirmamos nossa convicção do significado que este momento da greve, exatamente no setor público, traz como reafirmação este instrumento vigoroso e fundamental na luta de classes no Brasil.

### **Referências:**

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, s.d.

\_\_\_\_\_. *A favor de Marx/ Pour Marx*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ALVES, Eduardo. *Frente ao Contrato de Gestão: Um olhar classista sobre o neoliberalismo e a reforma administrativa de FHC*. Rio de Janeiro, Projeto Inicial de Pesquisa do Sintrasef/RJ: Contrato de Gestão, 2001.

ANTUNES, R. *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez,

2003.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: Para uma nova interpretação da América Latina*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, Peter K. (Orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FALEIROS, V. de P. *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: INESC, 2004.

FRIGOTTO, G. Projeto societário contra-hegemônico e educação no campo: Desafios de conteúdo, método e forma. In: MONARIM, A. *Educação do campo: reflexões e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-46.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere, volume 1 e II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

GURGEL, C. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. *Que fazer?* São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1871.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Portugal: Editorial Estampa, 1976.

\_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França (1848 – 1850)*. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. *Manifesto Comunista*. São paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. Hegemonia às avessas. *Pianú*, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 4, jan. 2007.

\_\_\_\_\_. *O avesso do avesso*. In: OLIVEIRA, F. de; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Estado. Ministério da Administração e da Reforma do Estado. Brasília, 1995.

### Notas:

<sup>1</sup>Título da mesa onde este texto foi apresentado em 27 de agosto de 2012.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Psicologia da UFF – Mestre em Administração e Doutorando do PPFH/UERJ. Email: [figueiredojc@vm.uff.br](mailto:figueiredojc@vm.uff.br)

<sup>3</sup> Apesar da aparente “falta de sincronia” entre o Brasil e o resto do mundo, caracterizada, do ponto de vista da economia na década de 70, pelo “milagre econômico”, a década de 80 ou “década perdida”, na análise dos nossos principais economistas burgueses, coloca-nos em sintonia novamente com o mundo. Isso acaba revelando que a consolidação e o amadurecimento do modo de produção capitalista chegaram a tal estágio que é pura ilusão imaginar que uma economia possa se descolar do que está acontecendo no restante do mundo, especialmente no momento em que uma crise econômica se instala. Os fatos recentes, tomando como referências 2008 até os dias atuais, estão a confirmar este pressuposto.

<sup>4</sup> O ex-ministro Bresser Pereira defendeu que a reforma não tinha a ver com o projeto neoliberal durante muitos anos. Para aumentar a polêmica, em entrevista mais recente a Folha de São Paulo (08/04/2011), afirma estar se afastando das influências neoliberais.

Recebido em: 12/2012

Publicado em: 06/2013.